



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000691-55.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Condomínio**
 Requerente: **Associação de Proprietários Moradores Parque O Espraiado**
 Requerido: **Alais Olimpio Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS E MORADORES DO PARQUE ESPRAIADO propôs ação de cobrança contra **ALAIS OLÍMPIO PEREIRA**. Alega, em resumo, que o requerido é proprietário de unidade localizada em área da parte autora, sendo que está deixando de contribuir com o rateio das despesas condominiais.

Juntamente com a peça preambular veio o documento de fl. 44, demonstrando o débito.

Citada, a parte requerida não se manifestou.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

Pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do disposto no artigo 355, incisos I e II, do Novo Código de Processo Civil.

O réu, devidamente citado com as advertências inerentes à sua inércia, deixou de contestar a ação (fl. 69). A ausência de defesa acarreta a revelia, reputando-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor. Isso, porém, não leva necessariamente à procedência, sendo pertinente a análise da questão.

A parte ré, segundo o documento de fl. 44, é associada da autora e, portanto, deve arcar com o pagamento das despesas típicas por conta dos serviços disponibilizados.

O autor suscita o não pagamento dos débitos condominiais que listou à fl. 44; não havendo contestação, e diante da plausibilidade do direito, não há que se discutir a correção dos cálculos, com exceção dos honorários advocatícios, que são fixados judicialmente.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inicial de cobrança de despesas condominiais, nos termos do artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, condenando o réu a pagar ao autor o valor das despesas condominiais listadas à fl.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

44, excluídos os "honorários". Ainda, ficam incluídas as verbas que tenham vencido no curso da ação, tudo devidamente corrigido até a data do pagamento, pelos índices da Tabela Prática de Atualização de Débitos Judiciais do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo. Os juros de mora incidem no montante de 1% ao mês, a contar do vencimento de cada despesa condominial.

Sucumbente em maior parte, condeno o réu ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor atualizado da condenação.

Oportunamente, intime-se a parte autora para requerer o que direito e prosseguimento na forma do artigo 523, do Novo Código de Processo Civil.

Quando pertinente, archive-se o feito.

P.I.C.

São Carlos, 24 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**